

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

Programa Eleitoral da Candidatura do BE

... E se o BLOCO estivesse na Câmara?!

A instituição de um poder local representativo e autónomo da administração central contribuiu para a democratização da vida política e o interesse das populações na participação, discussão e resolução dos seus problemas e anseios.

Passados 39 anos sobre a institucionalização desta realidade democrática, constata-se percursos diferentes no processo. Primeiro os autarcas preocuparam-se no essencial com obras infraestruturais e procederam a inúmeras melhorias quantitativas como forma de afirmar a consistência do poder que representavam. De seguida, por obrigatoriedade dos Planos Directores Municipais, começaram a introduzir elementos de ordenamento e planeamento do território na maior parte dos casos subvertido aos desmesurados interesses de construtores e especuladores imobiliários. Mais tarde, por imposição mercantilista do futebol como espectáculo de massas para massas dominado por oligopólios, intercalou-se a rede tripartida das ligações perigosas. Juntou-se a tudo isto o grande achado das Empresas Municipais como delegação de competências dos executivos camarários, que não se sabendo exactamente para o que servem sabemos quem servem. Assentam na perfeição do pagamento de favores políticos e pessoais e funcionam como centros de despesismo, facilitismo e malabarismo. Em resultado de tudo isto grassa a corrupção, infiltra a leviandade e sobeja a incompetência.

Não podemos permitir que uma das grandes conquistas de Abril, que foi a autonomia do poder local aproximando eleitos de eleitores numa salutar relação de convivência, se torne num jogo de interesses bilaterais em que uns se perpetuam no poder político à custa de outros que perpetram o poder económico, numa conveniente relação de conviência. É tempo de exigirmos o cumprimento integral do saber servir a causa pública sem servir a causa própria.

As campanhas eleitorais autárquicas, como grande momento de discussão e de aferição da política local, devem servir para que de uma forma clara e objectiva as diferentes candidaturas apresentem propostas e programas de acção, para que de uma forma democrática e cívica se alterquem princípios e concepções, para que de uma forma criteriosamente crítica se conteste ou enalteça o trabalho realizado e, para que de uma forma convictamente edificante se prospere o desenvolvimento.

É hoje fundamental saber-se interpretar os novos desafios à governação autárquica. Não basta responder às necessidades infraestruturais porque, inclusive, estas já deviam e

podiam estar basicamente criadas. É premente dotar os municípios de uma estratégia de desenvolvimento global com princípios de ordenamento e planeamento que permitam estimular meios de produção agrícola, industrial e terciários, fomentar a educação aumentando os níveis de formação técnico/profissional, promover a cultura, modernizar todo o tipo de serviços prestados permitindo aos cidadãos o livre e facilitado acesso às instituições, gerar sistemas de controlo e fiscalização que permitam acompanhar o desenvolvimento de todo o processo.

E se do passado, os barcelenses se podem orgulhar da beleza arquitetónica e paisagística, legada pelos ascendentes, já os nossos descendentes não dirão, com certeza, o mesmo e terão muitas razões para dizerem o contrário.

Barcelos tem crescido sem qualquer planificação, perfeitamente desordenada e ao sabor dos esporádicos acontecimentos baseados nos interesses pessoais e de especulação fundiária e imobiliária, tornando-se um amontoado de aberrantes construções que preenchem um caótico espaço de edificação.

Façamos um exercício de memória, para ver se conseguimos vislumbrar algo de significativo e que possa perdurar como marco das nossas gerações, no domínio arquitectónico / paisagístico / monumental. Talvez só nos venha à memória os inestéticos aglomerados habitacionais que proliferam como cogumelos envenenados, ou a “grandiosa e emblemática” obra do regime PSD, que é, sem dúvida, a execrável fonte do “esguicho” moldurada por um criminoso contrato de entrega do bem comum e vital que é a água a um particular negócio de avidez do lucro. E agora, temos um autarca PS que fica na história do concelho como o que nada fez enquanto governou e tudo quer inaugurar quando está a terminar o tempo de governação, numa espécie de “corta-fitas” em final de mandato.

O autarca de hoje deverá ser o autarca da qualidade de vida, da cidadania, da sensibilidade social, do equilíbrio ambiental, da perspectiva futura. Não pode ser mais o autarca do betão e corrupção, da habilidade oportunista e rede de influência, do embuste democrático e do “faz-de-conta”.

Barcelos, um concelho de preciosas tradições e de valiosas potencialidades, tem sido governado por inoperantes executivos camarários. Depois de décadas de absolutismo e marasmo PSD tivemos 4 anos de prepotência e ineficácia PS. Esfumou-se o capital de esperança na mudança.

O BE tem o firme propósito de contribuir para inverter este ciclo malfadado de políticas e políticos locais. Queremos fazer parte de uma multicolor vereação capaz de projetar o concelho na senda do desenvolvimento. Queremos ter opinião e poder de intervenção nos destinos dos barcelenses. Temos ideias, temos propostas, temos determinação no que queremos e defendemos para o interesse da população e ao serviço da causa pública. As nossas listas são o exemplo da prática do exercido da cidadania e da

pluralidade de opiniões e perspetivas, criando condições para um comprometimento coletivo da consciência ético-política dos valores em que acreditamos e partilhamos. Queremos juntar forças à esquerda que reimplantem a força da esquerda e façam acreditar que outra cidade é prioritária e outro concelho é possível.

Para o BE, o poder local, numa perspectiva de esquerda, deve ter princípios de referência que devem ser a base de orientação política na elaboração de programas, a conduta reivindicativa da acção e a postura moral e social dos candidatos.

Como diz o povo: só alcança quem não cansa! A escolha é entre a resignação e a rejeição, entre o laxismo e a audácia, entre a submissão e o confronto. Entre perder e conquistar. Temos de saber usar a nossa imensa força porque é na luta que se vencem as causas e as causas são a razão das nossas vidas Urge acordar e inscrever a cidadania na democracia, porque só assim esta é democrática.

O Futuro é agora. Chegou a hora de confiarem nesta Esquerda de Confiança.

As cidades são pessoas e as pessoas têm o direito a ser felizes.

Tendo em conta estes imperativos, urge definir e assumir a intervenção autárquica que passamos a apresentar em forma de programa eleitoral

1. Programa de Emergência Social

O concelho de Barcelos vive uma verdadeira situação de emergência social e de crise económica. O desemprego (12,1% em 2011, mas que entretanto aumentou) é a maior calamidade que tem atingido o nosso concelho nos últimos tempos - os números registados espelham bem a situação: se em dez.2012 o número de indivíduos em situação de desemprego registado cifrava-se em 7107, já no mês de julho de 2013, verificava um acréscimo de mais de três mil, ou seja na ordem dos 10363.

As políticas liberais dos sucessivos governos e a sua perseguição fanática do combate ao défice têm agravado drasticamente as condições de vida das populações. Barcelos foi atingido nos últimos anos pelo encerramento e deslocalizações de dezenas de empresas. A cerâmica que empregava milhares de trabalhadores, agora é residual. A têxtil, grande motor de crescimento económico do concelho, faliu. A agricultura, tradição secular marcante de todo a região, tornou-se numa atividade desacreditada e sem futuro.

É um concelho com pouca mobilidade profissional em que 85% da população trabalha e reside intramuros, muito dependente da indústria têxtil e vestuário com ocupação de 40% da população ativa, basicamente implantada numa rede de micro e pequenas

empresas traduzido num tecido industrial muito atomizado e muito sujeito a pressões externas e às flutuações do mercado, para além de uma extrema dependência do acesso ao crédito determinado pelos ciclos económicos.

As empresas do concelho de Barcelos ao empregarem uma larga percentagem dos ativos, constituem o motor da (in)estabilidade social assente em processos de mão-de-obra intensiva, barata e desqualificada e traduzido num Índice de Poder de Compra per capita de 58,7 quando a média nacional é de 100.

Em Barcelos é evidente o aumento galopante do desemprego, o acréscimo descontrolado dos índices de pobreza, a perda generalizada do poder de compra familiar, o agravamento das taxas de abandono e insucesso escolar, o crescimento da violência doméstica e o maior risco de exclusão de crianças e jovens. Compete às autarquias reagir por antecipação criando condições de resposta aos problemas emergentes. Criando um programa de ação que promova um desenvolvimento solidário e uma cultura de cidadania inclusiva, assente no respeito pelos direitos e pela dignidade.

Os autarcas não têm de se render a uma lógica que parece ser incontornável. Há uma visão estratégica que precisa ser construída, de forma democrática e participada, que privilegie o desenvolvimento sustentável do concelho.

Considerando que o desemprego e o emprego com direitos é o problema mais urgente de resolução no concelho, a candidatura do BE defende a criação de um Observatório do Emprego que englobe os parceiros sociais locais, de modo a fazer um diagnóstico claro da situação e projectar soluções alternativas.

Em termos nacionais pugna-se pela rápida revogação do Pacote Laboral e de toda a sua regulamentação. Em termos regionais pede-se um olhar atento, real e sustentado em acções concretas que considerem os problemas, desafios e mudanças em questão.

É adoptando o novo conceito de Glocalização, capaz de transformar problemas em oportunidades e conformismo em cidadania aliando potencialidades endógenas a recursos exógenos, que podemos e devemos contrariar o fatalismo pessimista dos descrentes. É preciso pensar local, agir total e difundir global.

Urge criar um programa de apoio social e de criação de emprego com medidas anti recessivas de apoio ao investimento e à formação profissional, em particular dirigidas a desempregados de longa duração e jovens da região que assente nos seguintes pontos:

- Uma estrutura de diagnóstico e identificação das situações de risco de carência social;
- Ação coordenada das diversas instituições representadas nas redes sociais concelhias, com o objetivo de combater todas as formas de exclusão social;

- Bolsas municipais de habitação destinadas não apenas ao alojamento em situações de aguda necessidade, mas também a promover o acesso ao arrendamento a preços controlados;
- Implementação de programas de combate ao abandono e melhoria do rendimento escolar, com a criação de uma bolsa de livros escolares, oferta do pequeno-almoço e outras refeições nas escolas;
- Consumo mínimo garantido de água, luz e gás nas famílias em situação de pobreza;
- A criação de uma bolsa de terras, destinada à utilização para hortas familiares, com o respetivo apoio técnico, onde possa ser praticada agricultura destinada ao autoconsumo;
- Estimular projetos de autoemprego e de Emprego Social e Ambiental;
- Incentivar a prática de agricultura biológica, das hortas familiares e da manufacturação de produtos regionais, fomentado o cooperativismo / agrupamento de produtores;
- Criar uma Agência de Inovação e Desenvolvimento nas áreas de criação de valor acrescentado - desenho, gestão, comercialização, marketing... - a criar no Vale do Cávado, articulada com a Universidade do Minho, destinada a prestar serviços avançados às empresas que enveredem pelo caminho da inovação;
- Incrementar a formação e qualificação dos trabalhadores e apoio social de emergência favorecendo a modernização do sistema de formação profissional, respondendo à necessidade de requalificar os trabalhadores de especialização estreita;
- Potenciar a formação profissional no local de trabalho, nomeadamente através de incentivos às empresas que promovam programas de requalificação e integração de trabalhadores despedidos da indústria têxtil;
- Promover o investimento público e comunitário para a criação de emprego no sector privado e diversificação produtiva regional, medidas de apoio à contratação de jovens;
- Promover o “Emprego Social”, ou seja, grupos de pessoas organizadas em cooperativas que prestem serviços de apoio a idosos e doentes acamados ou indivíduos com outras carências sociais;
- Criar “Espaço Sénior” para um envelhecimento ativo e saudável, que responda às doenças crónicas (Alzheimer), necessidade premente, em parceria, com instituições, clubes e associações sediadas no concelho, e iremos implementar programas de animação de tempos livres dos jovens e dos mais velhos, criando, nomeadamente, espaços de convívio interrelacionais.

Estaremos na primeira linha das lutas dos trabalhadores pela manutenção dos seus postos de trabalho, pela defesa dos direitos laborais e no combate à precariedade do emprego e pela criminalização das deslocalizações abusivas e falências fraudulentas.

1.1 Agricultura

Sendo certo que uma das principais mudanças da sociedade portuguesa nas últimas décadas foi o declínio muito acentuado das fracções de classe ligadas à agricultura, acompanhando a perda do primário em termos de emprego, o conjunto formado pelos camponeses e pelos assalariados agrícolas, que em 1960 alcançava a elevada percentagem de 42,4 e que em 2011 é de 5,8 comprova tal facto.

Mesmo assim Barcelos continua a ser um concelho eminentemente rural, onde a actividade agrícola desempenha um papel fundamental, apresentando valores bem superiores à média nacional. No entanto o cultivo da terra é, cada vez mais, assegurado como actividade complementar de muitas famílias mantendo a produtividade do tradicionalismo, num cenário rural de paisagem tipo “manta de retalhos”.

Tem que se parar para pensar. Que devemos fazer e quais as alternativas e acima de tudo, que espaço agrícola queremos e podemos ter?

Queremos, ou não, que a agricultura funcione como uma almofada económica em jeito de segunda actividade, numa espécie de complementaridade de rendimentos como tem proliferado nos últimos tempos?

Sabendo-se que a indústria já escoou grande parte da população, o futuro dos campos passa pela capacidade de atracção e pelo incremento de novos métodos que possibilitem a formação de camponeses modernos. É preciso (re)descobrir a multifuncionalidade do espaço rural, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental e de aproveitamento das potencialidades endógenas e dos recursos exógenos, como uma estratégia integrada de desenvolvimento do concelho.

Assim sendo o BE Barcelos considera fundamental:

- Implementar um modelo agrícola que aposte na qualidade e não no produtivismo intensivo que esgota os solos e abusa dos fertilizantes;
- Estimular através de apoios financeiros, técnicos e materiais a prática da agricultura biológica, bem como a manufacturação de produtos da região através da criação de cooperativas e/ou agrupamentos de produtores;
- Criar incentivos à produção agrícola de produtos frescos, criando um mercado de venda direta a funcionar ao fim de semana;
- Desenvolver parcerias com a Cooperativa Agrícola de Barcelos, e/ou outras entidades representativas dos agricultores, para a colocação de postos (máquinas com pagamento direto) de venda de leite do dia;
- Estabelecer protocolos com supermercados e restaurantes locais para a aquisição de mercadorias agrícolas produzidas no concelho;
- Dinamizar campanhas publicitárias de promoção do vinho verde, em articulação com a Adega Cooperativa de Barcelos;

- Promover a rota do vinho verde no concelho, como factor de desenvolvimento turístico;
- Projetar a gestão florestal por forma a evitar os eucaliptais e promover outros tipos de arborizações como o montado de sobro, pinho e outras, que economicamente são viáveis e praticamente sem impactos ambientais;
- Criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Agricultor.

Não podemos continuar a política agrícola do subsídio, de uma forma indefinida no tempo e no objectivo, sob pena de hipotecar o futuro do sector.

O mundo rural com a sua individualização perfeitamente diferenciada e pronunciada no espaço já não é uma realidade atual do nosso meio. Cada vez mais se cria uma interligação de afazeres e consumos indiferenciados do campo ou da cidade. Não sendo um problema de âmbito local, compete aos responsáveis autárquicos perceberem a dimensão económica e social do fenómeno e apresentarem atempadamente possíveis alternativas aos desajustamentos verificados.

A Câmara Municipal tem obrigatoriamente que desempenhar um papel motivador pela promoção e valorização dos produtos do concelho. É premente atuar porque o tempo disponível escasseia e a situação está em descabro. As crises económicas rapidamente descambam para crises sociais.

2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

É intenção prioritária do BE, enquanto movimento de militantes por causas e não de eleitores, criar condições para a participação cívica e social dos cidadãos, nomeadamente através das associações representativas de vários domínios de intervenção, das comissões de apoio ou reivindicação de fenómenos sociais ou de grupos de dinamização cultural, recreativa e desportiva. É imprescindível tornar estas forças vivas, parceiros sociais dotando-as de poderes legais efectivos para poderem participar e apresentar propostas em decisões de fundo para os municípios, tais como o Plano de Actividades e Orçamento e as Grandes Opções do Executivo.

É fundamental restituir a vontade de participar, a satisfação do intervir e debelar o medo de agir ou sequer de opinar. O poder político local tem de criar condições de confiança e de responsabilidade entre os eleitores e os eleitos, aproximando uns dos outros através de incentivos à participação que não se resumam exclusivamente ao acto de voto eleitoral.

Por isso, defendemos com muita acuidade e propomos com muita pertinência a institucionalização do princípio do Orçamento Participativo, em que a decisão política de intervenção no espaço, a definição de prioridades infraestruturais e a aplicação dos

fundos públicos, passe por um processo de debates temáticos, territoriais e globais, onde poderão participar todas as associações concelhias e todos os cidadãos e cidadãs interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Barcelos.

Estes encontros deverão realizar-se por agrupamentos de freguesias e em diferentes locais do perímetro urbano, produzindo sínteses propositivas que o Executivo Municipal deverá ter em conta na revisão e versão final do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, no exercício do que sempre considerarmos ser um pilar basilar das democracias, exactamente a capacidade da população exigir, intervir e decidir.

A Democracia Local é um dos pilares da democracia. É ao nível local que a participação pode e deve ser mais intensa, considerando a proximidade das respostas a dar. Assim, para o BE, importa:

- Dinamizar e mobilizar os movimentos sociais existentes;
- Institucionalizar o princípio do Orçamento participativo e aplicação das políticas da Agenda 21 Local;
- Instituir o Provedor do Município como figura imparcial e isenta do poder, no encaminhamento e resolução dos problemas que afligem os municípios;
- Implementar fóruns de discussão temática sobre o concelho, criando hábitos de participação cidadã nas decisões do município;
- Fomentar a prática de prestação de contas (com divulgação regular junto dos municípios e não apenas em períodos eleitorais) da Câmara e das Juntas de Freguesia, através de um Observatório de Desempenho Autárquico;
- Promover a realização de um trabalho de retrato social do concelho envolvendo os cidadãos e as escolas, no sentido de caracterizar a história económica /social /cultural / política de Barcelos no século XX

3. SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

A prestação de serviços municipalizados, tais como, recolha de lixos, limpeza urbana dos espaços públicos, saneamento básico e muito especialmente o abastecimento de água domiciliária, tem de ser assegurado pela autarquia. Repudiamos veementemente a sua privatização.

“A água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património que deve ser defendido e tratado como tal”.

No domínio da salvaguarda da qualidade de vida, a água significa a sobrevivência da própria humanidade e como tal tem que ser gerida tendo em conta que é um recurso escasso, vital e de interesse colectivo. A privatização dos seus acessos ou da sua

distribuição é o sintoma de uma sociedade egoísta incapaz de saber preservar as suas fontes de vida, para uma utilização racional dos pouco menos de 3% de água potável existentes no planeta.

Urge parar esta tendência mercantil e denunciar interesses das autoridades e operadores do sector, bem como acicatar uma forte mobilização pela defesa de um bem eminentemente coletivo como é a água.

Em Barcelos, a água está entregue a uma empresa privada, que tornou as tarifas mais elevadas, tornou a água numa mercadoria a comercializar, fugindo assim ao controlo e fiscalizações democráticas. Assim, urge:

- Remunicipalizar o serviço de abastecimento de água e saneamento. A água não é um produto a mercantilar. Exige-se acabar com a concessão, julgando quem acordou este crime de gestão autárquica e responsabilizar quem o manteve;
- Cobertura total da rede de abastecimento de água ao domicílio e rede de saneamento básico, em todo o concelho;
- Exigir o direito ao consumo mínimo garantido, essencialmente para aqueles que se encontrem em situação social de grande empobrecimento, tais como os desempregados e pensionistas. Se lutarmos contra o desperdício, a sustentação económica do direito ao consumo mínimo garantido ficaria assegurado com o que se conseguisse poupar.

Todos os serviços públicos devem-se pautar pelo acesso universal e gratuito e evidenciar critérios de qualidade. Importa mover todos os esforços institucionais:

- Para que os serviços prestados pela autarquia sejam de acesso fácil, física e eletronicamente, e com total transparência de processos e execução;
- Pela defesa intransigente do Hospital de Barcelos no quadro do SNS e sob alçada da tutela de Estado;
- Pela manutenção da hierarquia funcional do Tribunal e a localização em Barcelos do Tribunal do Trabalho;
- Por uma mais ampla cobertura do concelho em número de Centros de Saúde e USF's, capazes de dinamizar um atendimento de proximidade;
- Pela construção de um canil e gatil municipal com condições para a permanência e devido tratamento dos animais;
- No lançamento de uma campanha de castrações e de cuidados veterinários básicos para animais errantes e/ou de famílias carenciadas do concelho;
- Pela implementação de gabinetes de apoio e acompanhamento psicossocial com programas de tratamento e reintegração a toxicod dependentes, alcoólicos ...;

- Pela criação dos Transportes Coletivos Urbanos de Barcelos que, numa primeira fase, abranja a área periurbana, mas com tendência para a expansão de rede concelhia;
- Pela colocação de postos de abastecimento de energias zero emissões (veículos elétricos).

4. AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Nenhuma cidade ou região terá futuro se assentar o seu crescimento na devastação dos ecossistemas e dos recursos naturais, por isso a questão ambiental além de ser fulcral na sua consideração como sustento da qualidade de vida é, simultaneamente, uma questão transversal a todas as dimensões da intervenção humana. O crescimento demográfico das últimas décadas no nosso concelho alargou a edificação e fez desencadear um mercado de construção e uma rede de negócio imobiliário, que se não for colocado urgentemente um travão a esta ofensiva mercantilista, em breve ultrapassa os limites dos recursos.

Importa parar para refletir. Importa prever para planear. Sem catastrofismo mas também sem laxismo, temos obrigatoriamente de mudar de atitude para manter o palco da existência e para deixarmos como legado ambiental às gerações vindouras um espaço onde dê gozo viver.

Por isso, a questão ambiental tem de ser vista num todo e para todos e passa muito mais por formar consciências do que por decretar legislação. A nossa legislação ambiental está subordinada aos princípios da legislação europeia e, grosso modo, adequa-se à realidade nacional. O problema é que muitas das vezes é perfeitamente subvertida em nome dos interesses instalados, sem capacidade de resposta do sistema de vigilância e fiscalização, por incúria, proveito ou inaptidão.

A candidatura do BE faz constar do seu programa, sobre esta matéria, as seguintes exigências:

- Séria, eficiente e urgente despoluição do rio Cávado, como factor fundamental para a reabilitação ecológica, económica e turística como, naturalmente, da qualidade da água;
- Construção de espaços de ócio e lazer na zona ribeirinha, de modo a propiciar a fruição do rio, devolvendo este aos barcelenses, acompanhada de equipamentos de apoio à prática desportiva e lúdico/recreativa;
- Criação de uma ciclovia, conjuntamente com outros municípios – Vila Verde e Esposende, que faça a ligação entre Prado, Barcelos e Esposende pelas margens do Cávado;

- Criação de um Parque Municipal, num local próximo do espaço urbano, com diferentes valências de intervenção – desportiva e recreativa, mas também pedagógica educando as crianças e jovens para a preservação ambiental, e científica para o estudo e reprodução de espécies autóctones;
- Criação de condições para o uso da bicicleta como meio de transporte urbano;
- Identificação e sinalização de diversos trilhos pedestres por zonas florestais e de elevado valor paisagístico do concelho;
- Recuperação dos engenhos industriais (moinhos e azenhas de água), dos rios e ribeiros que passam no concelho;
- Construção de um Fluviário onde se possa evidenciar a fauna e a flora fluvial, como forma de restituir o interesse pelo rios e ribeiros do concelho;
- Lançamento de um concurso de ideias para a requalificação e revitalização do Campo da Feira e do Parque da cidade;
- Elaboração de um Plano Municipal de Eficiência Energética e de combate às alterações climáticas.

4.1 Serviços Públicos de Transportes

A dimensão global do mercado de transportes aponta para uma cada vez maior utilização do transporte individual. Em Portugal a taxa de motorização, já é, de um automóvel por três pessoas. Barcelos não foge à média com a agravante de não ter alternativas de circulação. Falta na nossa cidade, um sistema de transportes coletivos que incentive a deixar o carro em casa, repercutindo-se inevitavelmente na qualidade do ar que respiramos.

Não temos o direito de deixar como legado ambiental aos nossos filhos, um planeta em extinção. Não podemos continuar a delapidar o espaço ambiental, sob regras de um mercado desenfreadamente consumista, que torna a devastadora expansão do automóvel particular numa necessidade de sobrevivência social, num jogo de interesses económico-industriais que fazem com que os “poderosos”, cada vez com mais poder, ditem as normas de utilização, exijam o seu cumprimento e excluam os que não querem entrar neste jogo.

A mobilidade, os transportes e o tráfego urbano também têm de ser entendidos como componentes de uma política ambiental, mas sobretudo, como uma política fundamental para a sustentabilidade dos espaços urbanos e para o seu ordenamento. Assim:

- Reclamamos e exigimos para o concelho a cobertura total de uma rede de transportes colectivos públicos. Continuamos a ser a única urbe, entre as cidades de maior dimensão do Minho, que não tem Transportes Coletivos Urbanos;

- Pugnamos pela rápida construção de acessos diretos e ligação de transportes à central de camionagem, rentabilizando os seus serviços de forma a evitar que somente sirva como depósito de autocarros;
- Defendemos a modernização e funcionalidade da linha ferroviária do Minho, que na realidade sirva de transporte suburbano de ligação ao Porto bem como de longa distância. Para além disso, também defendemos a construção de um circuito ferroviário entre as cidades do quadrilátero urbano (Barcelos, Braga, Guimarães, Famalicão);
- Pretendemos a implementação de uma política de transportes capaz de reduzir drasticamente a utilização dos combustíveis fósseis, apostando no transporte coletivo como grande alternativa ao automóvel privado com uma frota de autocarros ecológicos, de veículos elétricos a utilizar pelo município – medida pedagógica e estimuladora, e na aplicação de incentivos fiscais para a utilização industrial de energias limpas.

5. Intervenção Cultural e Desportiva

Barcelos no campo cultural evidencia carências básicas com diminutas ofertas, inexistentes espaços e residuais iniciativas. A este nível, a autarquia patenteia uma confrangedora falta de estratégia programática, limitando-se a um amontoado de eventos de circunstância que normalmente confirmam o esperado.

O poder autárquico barcelense está enredado, desde sempre, numa concepção redutora, e de certa forma reaccionária, da cultura como via básica de entretenimento e como mera resposta à solicitação de eventos mais ou menos esparsos, sem nunca demonstrar que, além do mais, é preciso ter um plano de ação que eduque, recrie e socialize.

Em Barcelos nunca houve o cuidado, e continua na mesma, de elaborar um plano estratégico, a médio e a longo prazo, no campo da cultura e no das articulações, incontornáveis, entre esta e a educação. Na verdade, não há uma visão estratégica de uma política cultural para o concelho. O que se constata é uma sequência desordenada e sem fio condutor de iniciativas culturais, muitas delas sem continuidade porque destituídas de objectivos que não sejam o da resposta imediata e circunstancial. Por conseguinte, urge alterar este modo de olhar a cultura como um parente pobre das políticas do município. A candidatura do BE considera que importa desenhar e levar à prática uma efetiva política cultural para o concelho, multifacetada e capaz de abarcar e responder às escolhas dos diferentes públicos, ousando para tal a concretização de uma programação e um conjunto de iniciativas que conquistem, resgatem e formem não apenas os públicos constituídos mas também os emergentes.

A cultura de massas para massas dominada pelas empresas de oligopólio de mercado maximizam hábitos de consumo lucrativo e formatam sistemas de produção, mas

simultaneamente abrem o espectro de público-alvo permitindo que nas suas franjas surja a novidade e a inovação de uma flexibilidade estética e social, que fornecem identidades e estilos de vida incorporados no carácter difuso da socialização contemporânea. É aqui que reside a formação de novos públicos que deverão servir de móbil para a difusão cultural de uma cidade como Barcelos.

As políticas culturais têm que afectar recursos humanos especializados e recursos financeiros e organizacionais avultados à preservação e enriquecimento do património cultural acumulado. Factor determinante subjacente a esta ideia é a vontade da política local em investir na cultura não só como legado de um passado mas muito especialmente como recriação de um presente e instrumento de produção inovadora. Para que tal aconteça de forma sistemática e sustentada é imprescindível, que a autarquia aposte num pelouro da cultura organizado estrutural e sequencialmente, centrado em distintas valências e responsabilidades de acção, dotando os serviços de profissionais qualificados para os diferentes tipos de intervenção.

É assim fundamental a apresentação de um programa delineado para um tempo, no mínimo correspondente aos anos de mandato, com a articulação de todas as iniciativas, eventos e ações em objetivos comuns a definir em calendarização para o imediato e, a médio e longo prazo. Todo este trabalho de preparação e programação deve envolver as coletividades, as instituições, as escolas e os clubes produtores de atividade cultural, numa mobilização efectiva de apoio sistemático à conjugação de potencialidades do associativismo local e, deve ser dado a conhecer de forma eficaz e transparente, permitindo o *feedback* do público recetor, tornando-o atuante.

É imperativo contribuir para o impulso de um modelo cultural eclético capaz de constituir novos e diferentes públicos, seguindo critérios rigorosos e adequados às realidades humanas e materiais existentes e a construir, afirmando a cultura como uma mais-valia de defesa e valorização do interesse coletivo.

Rentabilizar, reconstruir ou edificar infraestruturas e espaços públicos de estímulo e sustento à criação artístico/cultural é prioritário em todo este investimento.

Quando a cultura é um privilégio raro a democracia não existe. Quando o conhecimento, a reflexão, a inquietação que a criação artística nos traz são negados, ou são só para os escolhidos, somos menos capazes de crescer como povo, somos menos competentes como pessoas, temos menos futuro como país e como cidade. Por isso, compete ao poder autárquico conceber princípios estratégicos de desenvolvimento de uma política cultural à escala local que de forma sistemática e sustentada aposte em projetos centrados em distintas valências e responsabilidades de ação.

Neste campo cultural, a candidatura do BE apresenta os seguintes pontos:

- Agora que finalmente se inaugurou o Teatro Gil Vicente, importa promover uma discussão pública do projeto e programação a idealizar para este emblemático edifício, como centro dinamizador de espectáculos e da cultura;
- Criação de uma “Casa das Artes” onde pontifiquem diferentes valências artísticas e se dê impulso à criatividade dos cidadãos, nomeadamente as camadas jovens com a disponibilização de espaços oficinais de criação artística, espaços para ensaios dotados de meios técnicos de gravação para as bandas musicais barcelenses, entre outros;
- Edificação de um Centro Multimédia, de Congressos e de Exposições;
- Criação de um Museu de Indústria, a edificar, tanto quanto possível – por exemplo, nas instalações da ex- Fábrica de Moagem Vouga;
- Elaboração e divulgação de roteiros e itinerários concelhios, relacionados com o património arquitectónico (monumentos e sítios, casas solarengas, igrejas, etc.), a arquitetura paisagística e património imaterial (plasmado nos usos e costumes regionais, lendas tradicionais, fabulário popular, música...), com vista ao incremento das actividades turístico – culturais;
- Promoção e divulgação, numa estratégia conjunta com a Direcção Regional de Cultura do Norte, do Convento de Vilar de Frades, como local de excelência para eventos culturais e pedagógicos;
- Criação de uma rota do românico-gótico no concelho, dada a existência de importantes exemplos arquitectónicos existentes na nossa circunscrição territorial;
- Forte divulgação pedagógica e cultural de monumentos de inestimado valor artístico e patrimonial existente no concelho, desde logo a Igreja do Terço e o seu rico interior barroco;
- Incremento dos incentivos económicos e apoio logístico a clubes, associações ou departamentos, que dinamizem a formação de jovens e a massificação da prática de diferentes modalidades desportivas, recreativas e/ou culturais;
- Otimização da utilidade pública dos recintos desportivos existentes e a criação de uma grande variedade de infra-estruturas de apoio à prática desportiva a todos os municípios;
- Promoção da arte, com incentivos a jovens criadores, como forma de enriquecer os espaços públicos;
- Realização de ciclos de eventos que façam parte do panorama cultural português, tais como, espectáculos de Música Rock, Jazz, Blues e outras tendências. Festivais de Teatro e de Cinema. Encontros e Concursos de Fotografia, Literatura, Poesia, Pintura, Escultura e outras actividades artísticas;
- Constituição de um Núcleo de Trabalho de Antropologia Cultural que, conjuntamente com o Núcleo de Arqueologia, faça uma recolha etnológica e etnográfica do concelho, projectando a identidade cultural e tradicional das gentes barcelenses na vivência do presente.

5.1 – DESPORTO

No desporto é um ponto assente que se optimize a utilidade pública dos recintos desportivos existentes e se crie uma grande variedade de infraestruturas de apoio à prática desportiva. O espaço público é o espaço privilegiado para a interação dos actores culturais com a comunidade e o desenvolvimento dos programas de carácter cultural, social e recreativo. O poder autárquico deve dar prioridade a diversidade de modalidades a praticar e à formação de escolas desportivas por variados escalões etários, assim como a cobertura de oportunidades que abranja todo o concelho. Para isso, impõe-se:

- Levantamento e rastreio dos clubes e associações desportivas existentes no concelhos, aferindo o número e a faixa etária dos atletas, bem como a variedade de modalidades praticadas, a partir do qual se criarão parâmetros de atribuição de subsídios;
- Incentivo à formação de clubes que dinamizem a formação dos jovens e a massificação da prática em diferentes modalidades desportivas;
- Formação de clubes especializados na prática de modalidades específicas, com ligação às escolas;
- Dinamização de atividades desportivas relacionados com o rio;
- Promoção do desporto escolar efectivo, com a contratação de técnicos especializados para a massificação da prática em todos os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1.º Ciclo do concelho;
- Criação de condições para a prática desportiva de manutenção para todos os barcelenses, através da utilização de recintos desportivos ou ao ar livre, com custos controlados.

6. Educação

O combate ao abandono escolar, num concelho como o nosso que apresenta das mais altas taxas de saída precoce do sistema de ensino, deve estar no centro das políticas municipais. Esta é uma causa nacional que as autarquias devem saber responder com contributos relevantes e de efeitos decisivos no combate à exclusão e aos mecanismos económicos que se alimentam de mão-de-obra barata e desqualificada.

Sendo um dos concelhos mais jovens do país e tendo dos mais baixos níveis de formação, é premente um forte investimento municipal que passe pela cobertura total do concelho no pré-escolar e ensino básico, associado a parcerias a constituir com o ensino secundário e superior, na dual perspectiva de debelar os níveis paupérrimos de formação

da população e de inserir a qualificação técnico/teórica nas reais necessidades do concelho. Para problemas concretos respostas objectivas.

Sob a capa do memorando da TROIKA e pela matriz ideológica deste desastroso governo e na sequência do gizado por governos anteriores, assistimos hoje a uma pressão sem precedentes de ataque frontal à Escola Pública. O investimento público em Educação, em relação ao PIB, baixou para 3,8%, o que, para além de ser muito inferior à média europeia, representa o mais grave desinvestimento no futuro do país. Não em forma de substituição mas como atitude democrática e como efeito de minimização do desmantelamento pretendido, compete às autarquias desenvolver políticas de investimento na Escola Pública.

Neste sentido o BE formula um conjunto de propostas que têm por finalidade agregar força social e política contra a austeridade e por outro lado sejam capazes de responder às preocupações sociais, às dificuldades económicas e às exigências de formação.

Assim a candidatura do BE defende:

- Programa de pequeno-almoço e outras refeições na Escola como garantiam do mínimo de condições necessários ao sucesso educativo;
- Reforço das atividades de enriquecimento curricular de forma a permitir uma variedade de estímulos e aptidões a desenvolver com os alunos;
- Transportes municipais escolares que assegurem a igualdade de deslocação a todos os alunos;
- Programa de acesso garantido aos manuais escolares, através de uma bolsa municipal que impulse as trocas de livros e garanta a aquisição a todos os alunos da Escola Pública;
- Dinamizações de ensino noturno, em parceria com as escolas, que ofereça a oportunidade dos adultos completarem ou complementarem formação e requalificação profissional;
- Aposta na educação pré-escolar como condição determinante para o sucesso futuro dos alunos;
- Alargamento dos apoios económicos e sociais em todos os níveis de ensino, para os alunos comprovadamente carenciados;
- Criação de Escola de Artes e Ofícios Tradicionais, que permita aprendizagens em área fundamentais ligadas à história e economia do concelho e que, por outro lado, certifique com estatuto de qualidade os produtos artesanais de Barcelos;
- Criação de infraestruturas físicas e a formação técnica adequada para o ensino especial e o acompanhamento dos deficientes, que permita a inserção efetiva de todos estes alunos;
- Articulação efetiva, e não meramente esporádica, a diferentes níveis (eu não apenas o do contingente de novos alunos), com o IPCA e as escolas com ensino

secundário do concelho, quer na consecução de projetos conjuntos, quer na formação contínua de profissionais da educação;

- Otimizar os recursos académicos e a evolução técnica e científica a ser desenvolvida pelo IPCA como pólo dinamizador do conhecimento e da economia local.

7. URBANISMO E PLANEAMENTO

A nível habitacional, Portugal é o país da UE que detém o maior índice de novas construções em relação aos seus baixíssimos níveis de reabilitação. Gasta-se dez vezes mais em novas construções do que na reabilitação e manutenção de edifícios. A perspectiva de crescimento do edificado insiste em não ter limites. Portugal parece estar rendido ao novo-riquismo. Este modelo de crescimento económico baseado na construção civil e especulação imobiliária condena o desenvolvimento das regiões e do país.

Em Barcelos assistiu-se nos últimos anos a uma desertificação e degradação do centro histórico e de todo o miolo urbano.

Neste sentido, o BE propõe:

- A reabilitação destas áreas, contrariando a política de segregação urbana, na qual se encontra a cidade dividida entre condomínios fechados e guetos em altura. O BE quer uma cidade social que coloque as pessoas e os seus direitos em primeiro lugar, que não atire as pessoas mais carenciadas para as periferias, que zele pela qualidade de vida;
- A apresentação pública de Planos de Pormenor que incentivem à reabilitação de prédios urbanos acompanhado de medidas de coacção para os proprietários responsáveis pela degradação, que renovem a área residencial e que recriem a funcionalidade lúdica, trazendo de volta os barcelenses ao espaço nobre da cidade;
- A existência de uma lei de rendas que promova o mercado de arrendamento, com políticas de apoio aos mais carenciados, desincentivando assim a proliferação de fogos devolutos e a especulação fundiária;
- A requalificação/Intervenção no Centro Histórico e de todo o miolo urbano, que passe pela recuperação e preservação do edificado devoluto, dos monumentos e da traça arquitectónica que caracteriza a cidade de Barcelos;
- A atribuição de Subsídio Municipal de Arrendamento, capaz de fomentar a função de residência ao centro da cidade, especialmente dos mais jovens, tornando este espaço um Pólo de atração;

- A adopção de uma adequada política de solos, que evite a especulação da construção imobiliária;
- Delimitação diferenciada dos espaços funcionais, permitindo uma satisfação mais eficaz às reais necessidades dos barcelenses;
- Produção do Programa “BARCELOS DIGITAL” como forma de divulgar e potencializar o concelho num mercado cada vez mais vasto e exigente e globalizado. Pensar Global e Agir Local;
- Plano Estratégico de Barcelos que vise encontrar um conjunto de objectivos fundamentais aos problemas e desafios que se colocam ao concelho, enquadrado em quatro vectores de intervenção – Qualificação territorial do espaço; Formação do capital humano; Fortalecimento da projecção regional e nacional; Circulação e flexibilidade morfo-funcional;
- Um efectivo ordenamento e planeamento do território, que a par de instrumentos já existentes, evite aberrações arquitectónicas e atropelo de edificado, que, em alguns casos, devem servir para evidenciar como não se deve construir.

8. Política de Juventude

Os jovens enquanto principiantes da participação cívica, não têm que copiar modelos e adquirir vícios dos “grandes”. Reservasse-lhes o direito de tomar a vida nas suas mãos. Os jovens têm que pertencer à esfera da criação, sem receios nem rodeios, como condição de cidadania ativa e não meramente contemplativa ou de consumo.

Os jovens devem e podem fazer parte dos processos de discussão e decisão, rejeitando a ideologia do conformismo e reconhecendo-se como seres ativos, no pleno uso de todos os seus direitos.

Compete a uma autarquia criar condições logísticas e saber fazer a leitura dos valores tolerantes e democráticos de uma sociedade integrante e inclusiva, como um campo fecundo e inovador para a criação universalista de ser pessoa.

A ação humana tende a ser regulada por quadros de sentido e referencia, e como tal, é preciso aproveitar o capital de reconhecimento que as escolas têm na cidade, que desenvolvem uma importante papel formativo.

Como cultura de responsabilidade e asseveração, reivindicamos para os jovens barcelenses:

- Criação de um Pelouro da Juventude, com uma participação ativa e responsável dos próprios jovens, que implemente e estimule o diálogo, a participação solidária, a tolerância e a diversidade de opiniões, e onde se incutam valores da cidadania;

- Uma Casa da Juventude mais interveniente, como Fórum de Discussão Temática sobre os jovens e a oportunidades destes mostrarem as suas potencialidades e produções;

Como forma de atrair mais jovens no centro histórico de Barcelos para dinamizar e revitalizar esta zona nobre da cidade, nas áreas da cultura (artística e musical) assim como para melhorar a vida universitária e turismo jovem no concelho, devem ser executadas obras, tais como:

- Restauro de edifícios onde possam ser instalados serem Hostel`s/pousadas de juventude;
- Criação de um Parque de Campismo;
- Acelerar o processo de construção de uma residência universitária nos arredores do IPCA;
- Lançamento de um Roteiro de Atividades Culturais e Recreativas, que marquem ciclos de intervenção artística, onde os jovens possam expressar toda a sua criatividade – bienais de arte; concursos pedagógico-didáticos e outros com um programa regular.
- Criação de um espaço onde grupos ou cidadãos individuais, possam criar, ensaiar, gravar os seus projetos com o devido apoio técnico (seja no teatro, música, dança, etc.);
- Criação de bases para o diálogo entre o IPCA e as populações locais com o intuito de potenciar e dinamizar tecnologicamente o tecido empresarial local e gerar emprego jovem local;
- Dinamização e organização de feiras urbanas jovens objetivando a troca e venda de artigos em segunda mão como sendo mercados ecológicos e sustentáveis de reutilização de recursos existentes;
- Construção de um “skate parque” ou reativação do "Parque Radical" em Arcozelo, que reúna todas as condições e as estruturas básicas para a prática de desportos radicais.

9. Problemática da Deficiência

Em relação à situação das pessoas portadoras de deficiência, o BE muito sensível a esta problemática, defende intransigentemente o cumprimento integral da legislação em vigor, nomeadamente quanto à abolição de barreiras físicas, quanto à quota de emprego nos serviços públicos, quanto à criação de meios logísticos para o acesso à informação e participação, quanto à fiscalização de incumprimentos, abusos ou exclusões.

Para que todas estas conjunturas possam ser devidamente analisadas e equacionadas, propomos a criação de um Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência, onde se faça o diagnóstico da situação e perspetive alternativas futuras.

10. Barcelos multicultural

A Barcelos, assim como a toda a região, afluíram imigrantes para os quais é necessário criar programas de integração e accionar meios jurídicos que garantam a dignificação da sua vida como seres humanos de pleno direito. Assim, propomos:

- A criação de programas para a aprendizagem da língua portuguesa, de forma a vencer barreiras linguísticas;
- A criação de estruturas de atendimento logístico e social às necessidades da comunidade imigrante residente;
- Implementação de programas de inserção dos imigrantes na vida social barcelense;
- Encontros de troca de experiencias e de conhecimentos no sentido de valorizar a diversidade cultural e a ligação às pessoas.

11. Igualdade de Oportunidades de Género

O desafio que hoje se coloca ao Poder Local é o da abertura a uma nova geração de políticos desprendidos da imagem tradicional do autarca absolutista. As novas maneiras de pensar e agir nas autarquias terão de contar com a participação das mulheres, não só por legitimidade democrática mas, também, enquanto fonte de renovação da dinâmica urbana. A participação das mulheres traz qualidade à democracia ao permitir compreender e integrar a pluralidade das reivindicações e interesses dos diferentes segmentos da população e ao criar outros procedimentos de luta contra todas as formas de exclusão. As novas políticas urbanas não podem estar desligadas da criação de estruturas de apoio quotidiano das cidadãs e dos cidadãos, em termos de serviços de proximidade, que aliviem as rotinas domésticas e possibilitem outra gestão do tempo para a participação e o lazer.

A participação é inseparável do direito ao exercício da actividade politica, adaptada aos ritmos, condicionantes e estímulos que cada um possa ter e dar. Sem esta condição, a militância nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas colectividades recreativas, nas associações culturais, nas lutas reivindicativas ..., ficará sempre seccionada.

O BE aposta fortemente na participação das mulheres. Defendemos uma cultura de paridade entre homens e mulheres o respeito e reconhecimento da identidade das diferenças. A identidade feminina deve-se afirmar não só como fator de igualdade na sociedade, mas que tenha também influência em todos os sectores.

A lista do Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Barcelos é composta por 5 mulheres nos 11 candidatos efectivos. Sem pretensiosismos de afirmação feminista, tem, entre muitos dos objectivos da candidatura, a intenção de demonstrar a aptidão interventiva e impulsionar a determinação participativa da mulher e quer ousadamente contribuir para a paridade de género na militância da causa pública, marcando decisivamente a renovação da lividez “cinzenta” da classe política concelhia.

12. Barcelos Digital

Sendo os novos tempos marcados pela celeridade da informação, a cidade de Barcelos não pode ficar, mais uma vez, de fora de todo este processo de modernização/actualização face às outras congéneres.

Nesse sentido, propomos a CRIAÇÃO DA CIDADE DIGITAL, inserida num Programa Operacional da Sociedade de Informação, como forma de divulgar e potencializar o concelho num mercado cada vez mais vasto e exigente, a permuta de projectos, a dinamização de meios produtivos, a rápida circulação de ideias e informação e a optimização funcional dos espaços.

Tendo sempre presente esta preocupação de criar condições para que todos possam participar no interesse de todos, a candidatura do BE irá propor a realização de um Fórum Concelhio, como forma de discutir o presente do concelho na perspectiva do futuro. Este fórum deveria ser capaz de reunir associações, instituições, colectividades e personalidades, representativas do espectro económico, social e cultural e dos diferentes sectores de actividade, intervenção e acção cívica concelhios, tendo como grandes objectivos, detectar problemáticas, conceber alternativas, projetar potencialidades e prospetivar o desenvolvimento do nosso concelho.

13. Trabalho conjunto do Executivo Camarário com as Juntas de Freguesia

O BE tudo fará para revogar a atual legislação que criou as disparatadas Uniões de Freguesias. Está, como sempre esteve, ao lado da justa luta das populações que querem manter a identidade e a administração territorial das suas freguesias. Não esquecer que fomos o partido que apresentou em reunião de AM uma proposta de referendo local sobre a agregação de freguesias que foi aprovada por maioria e se tornou caso único no país. Não sendo contra uma discutida e real reforma administrativa do território, consideramos que revisão não passa de uma encenação para satisfazer exigências da TROIKA.

Na relação com as freguesias somos defensores da criação de protocolos de transferências de verbas acompanhado de um caderno de encargos a transitarem para a

responsabilidade dos executivos de freguesia, assumindo estes a honorabilidade da execução do proposto. Entre a Câmara e as Juntas de Freguesia tem que existir sempre um diálogo aberto, democrático e de respeito pelas funções legal e institucionalmente atribuídas, através de critérios previamente definidos e contratualizados. Ambos os poderes têm legitimidade democrática para servir as populações e por conseguinte ambos merecem a respeitabilidade da isenção partidária, pessoal e institucional no exercício dos seus mandatos. Todos serão tratados por igual, com as devidas diferenças que os critérios democraticamente aprovados venham a consagrar.

14. Contrato Local de Desenvolvimento

O BE considera que o desenvolvimento tem de ser entendido como um num grande contrato social e ecológico, cultural e económico, que assenta no próprio desenvolvimento da pessoa humana em todas as suas dimensões, numa perspectiva sustentada no presente e sustentável para o futuro.

A participação cidadã tem como dinâmica interna a vontade dos cidadãos que querem decidir. É nesta variada geometria social que assentamos as nossas posições, que fundamos e fundamentamos os nossos meios de interferência e que construímos o nosso programa eleitoral. Assumidamente, o Bloco de Esquerda compromete-se a apresentar aos barcelenses um Contrato Local para o Desenvolvimento que assente na valorização dos recursos endógenos e potencie o concelho no contexto regional e nacional. O poder local tem, também, como função, implementar políticas proactivas e inovadoras capazes de se oporem à calamidade nacional e projetarem as localidades.

Viver melhor é aprender a viver diferente e a política tem de reconquistar raízes na vida, onde a participação é inseparável do direito ao exercício da actividade. É que sem esta condição a democracia fica sempre amputada de uma boa parte da sua eficácia e valorização.

Está na altura de cada vez mais, homens e mulheres começarem a agir pela máxima exigência e de se libertarem das amarras de uma partidocracia que, muitas das vezes, subestima as suas vontades e anseios. Os barcelenses têm o direito e o dever de pensar a cidade que gostariam de ter e conceber o concelho como um espaço de agradável vivência onde os problemas e desafios sejam, reconhecidamente, valorizados por e com todos.

É tempo de renovarmos o poder local, tornando-o num exercício prático e contínuo daquilo que efectivamente é a Democracia.

É esta a cultura de cidadania desta esquerda de confiança que se apresenta como a energia alternativa da agitação de causas que promovam a qualidade de vida a que todos temos direito

É fundamental restituir a vontade de participar, a satisfação do intervir e debelar o medo de agir ou sequer de opinar. O poder político local tem de criar condições de confiança e de responsabilidade entre os eleitores e os eleitos, aproximando uns dos outros através de incentivos à participação que não se resumam exclusivamente ao acto de voto eleitoral.

Queremos ser o factor da mudança, das estratégias e dos princípios que regem a política, tornando o poder autárquico num espaço plural, participado e de convivência democrática, onde todos possam intervir nas causas e anseios dos barcelenses.

As candidaturas do Bloco de Esquerda de Barcelos comprometem-se publicamente com um projecto nacional de gestão autárquica plasmado nos seguintes princípios:

- A transparência como alicerce do exercício do poder.
- Defesa intransigente e prioritária do interesse público como garantia de serviço com qualidade e do interesse de todos.
- Promoção da qualidade de vida e do ambiente.
- Cidadania exigente e participativa como critério essencial de um desenvolvimento sustentado.
- Implementação da Agenda 21 Local como modo de democratização da vida política e do acesso das populações à resolução dos seus próprios problemas.
- Criação de uma Comissão Especializada Permanente da Assembleia Municipal sobre "Sustentabilidade Regional e Desenvolvimento Económico e Social" para poder discutir e aprovar as medidas de investimento municipal e de apoio ao investimento para a criação de riqueza e melhoria da qualidade de vida em Barcelos.
- Pensar Barcelos no futuro implica que no imediato se projetem as intenções e se criem metas e objetivos. Tendo nós, BE, como propósito que Barcelos se torne a Cidade do Artesanato no contexto nacional e internacional, considerarmos ser prioritário abrir uma discussão pública que envolva todos quantos queiram participar, para elaborar um Programa de Desenvolvimento Concelhio

CONCLUSÃO

Num concelho onde ainda pontifica o conformismo social e de cinzentismo cultural, queremos marcar a diferença e ser um factor de mudança, espevitando vontades, agitando desejos, libertando opressões.

Temos a temerária pretensão de marcar vincadamente as propostas desta nova esquerda, no comprometimento sério e convicto com todos os que, connosco, partilham os mesmos princípios e ideias e façam desta luta autárquica um ciclo diferente e inovador de estar na política, contribuindo para a dignidade de ser pessoa com a qualidade de vida que todos merecemos.

Acreditamos e também queremos fazer crer que outro país é possível e outro concelho é preciso.

Contamos convosco para poderem contar connosco e dar oportunidade de concretizar o nosso *slogan* de campanha ... *e se o BLOCO estivesse na Câmara?!*

Acreditem que é este Programa Eleitoral que orientará sempre a atitude, a ação política e social e as convicções ideológicas dos eleitos pelo Bloco de Esquerda.

Confiem nesta Esquerda de confiança.

Somos, verdadeiramente, uma ALTERNATIVA. Somos BE.

Barcelos, 09 de setembro de 2013

As candidaturas do Bloco de Esquerda ao concelho de Barcelos